



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026
PROCESSO Nº 76/2026
CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS
LEILÕES MISTOS (PRESENCIAL E INTERNET)

O **MUNICÍPIO DE COXILHA/RS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 92.411.933/0001-90, com sede no Centro Administrativo Ildo José Orth, Avenida Fioravante Franciosi, nº 68, Centro, Coxilha/RS, neste ato representado pelo prefeito municipal, torna público, para o conhecimento dos interessados, que está procedendo ao **CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS OFICIAS**, matriculados na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul – JUCERGS, em conformidade com as normas gerais da Lei Federal n.º 14.133/2021, segundo as condições estabelecidas neste Edital:

1. DO OBJETO

1.1. O presente edital tem por objeto o credenciamento de Leiloeiros Oficiais, matriculados na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul – JUCERGS, para realização, mediante contratos específicos, de leilões destinados à alienação de bens inservíveis de qualquer natureza, incorporados ao patrimônio público municipal, conforme termo de referência, anexo ao edital.

1.2. Os leilões se darão, obrigatoriamente, em cada oportunidade, na forma mista, consistindo esta, de modo concomitante na solenidade, do leiloeiro presencialmente junto ao Município e pela internet, em site e sistema disponibilizado pelo leiloeiro.

1.3. Serão declarados CREDENCIADOS todos os proponentes cujos requerimentos estiverem de acordo com este Edital.

1.4. O contrato firmado com o credenciado terá vigência limitada a 12 (doze) meses para a execução total do objeto, prorrogável nos termos do art. 106 da Lei n.º 14.133/2021.

2. CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

2.1. As interessadas em prestar os serviços ao Município de Coxilha/RS, nos termos do objeto deste edital, deverão entregar os documentos indicados no item 3 deste edital no Setor de Licitações deste ente municipal, situado no Centro Administrativo Ildo José Orth, Av.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

Fioravante Franciosi, nº 68, Centro, Coxilha/RS, no horário de expediente ou por e-mail: licita@pmcoxilha.rs.gov.br.

2.2. O credenciamento permanecerá aberto a futuros interessados que preencherem as condições previstas neste edital, durante todo o seu período de vigência nas datas de **16 de abril de 2026 à 16 de abril de 2027**.

2.3. Os interessados em prestar os serviços ao Município de Coxilha/RS deverão apresentar, junto dos documentos de habilitação, o requerimento de credenciamento ao objeto pretendido, nos moldes do Anexo II, bem como os demais anexos, com exceção da minuta contratual;

2.4. Os documentos podem ser apresentados por cópia autenticada em tabelionato ou em original acompanhados das suas cópias para serem autenticados pelo servidor encarregado.

2.5. Não poderão participar as pessoas jurídicas:

2.5.1 Declarada inidônea de acordo com o previsto no inciso IV do art. 156 da Lei n.º 14.133/2021 e que não tenha restabelecido sua idoneidade;

2.5.2 Com falência decretada;

2.5.3 Consorciada;

2.5.4 Suspensa e impedida pela Prefeitura de Coxilha/RS;

2.5.5 Em regime de concordata;

2.5.6 Pessoa jurídica que, dentre seus dirigentes, responsáveis técnicos ou legais, dentre suas equipes técnicas, bem assim dentre eventuais subcontratados figure quem seja ocupante de cargo ou emprego na Administração Direta ou Indireta do Município de Coxilha.

2.5.7 De propriedade de servidores ou dirigentes e da entidade contratante ou responsável, devendo declarar a desincompatibilização em documento expresso.

2.6. Não poderão participar as pessoas físicas:

2.6.1 Declaradas inidôneas de acordo com o previsto no inciso IV do art. 156 da Lei n.º 14.133/2021 e que não tenha restabelecido sua idoneidade;

2.6.2 Suspensas e impedidas pela Prefeitura de Coxilha/RS;

2.6.3 Pessoa física que seja ocupante de cargo ou emprego na Administração Direta ou Indireta do Município de Coxilha.

3. DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

3.1. Para participar do presente credenciamento, exigirá-se dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

- 3.1.1. Habilitação Jurídica;
- 3.1.2. Qualificação Técnica-Profissional e Operacional;
- 3.1.3. Qualificação Econômico-financeira;
- 3.1.4. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista;
- 3.1.5. Atendimento das disposições do Art. 7º, inciso XXXIII da CF;
- 3.1.6. Declaração de desimpedimento de participar em licitações.

3.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 3.2.1. Declaração de Firma Mercantil Individual e suas alterações, se for o caso, tudo devidamente arquivado na Junta Comercial do estado de origem, no caso de empresa individual;
- 3.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações, se for o caso, em vigor, tudo devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul ou estado de origem da licitante, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 3.2.3. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 3.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e Ato de Registro ou autorização para funcionamento pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 3.2.5. Para pessoas físicas, deverá ser exigido os documentos próprios de prestadores de serviços autônomos.

3.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 3.3.1. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
- 3.3.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do credenciado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 3.3.3. Regularidade perante a Fazenda Federal/INSS, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do credenciado, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 3.3.4. Regularidade relativa ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei (CRF/FGTS);



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

- 3.3.5. Regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT);
- 3.3.6. Declaração formal da inexistência de menor de 18 anos de idade em trabalho penoso, insalubre e noturno nos quadros da empresa ou contratado da pessoa física, firmada pelo responsável legal, sob as penas da Lei, para cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- 3.3.7. Declaração de que se encontra desimpedida de participar da licitação, obrigando-se, ainda, a declarar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação;
- 3.3.8. Cadastro Nacional de Empresas ou Pessoa Física Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br>).

3.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL/TÉCNICO-OPERACIONAL:

- 3.4.1. Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa ou do leiloeiro pessoa física de que executou, satisfatoriamente, contrato com objeto compatível ou superior em características com o ora credenciado;
- 3.4.2. Comprovação de habilitação legal para o exercício da função de Leiloeiro Oficial, feito através de Certidão ou documento equivalente expedido pela Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul – JUCERGS;
- 3.4.3. Declaração de que tem condições físicas, técnicas, operacionais e de pessoal para realizar os leilões de modo misto/híbrido, em cada oportunidade, com a solenidade sendo realizada de modo presencial, junto a sede do Município, e pela internet em site e sistema do leiloeiro.

3.5. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 3.5.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do credenciado.
- 3.6. Os documentos exigidos para cadastro poderão ser apresentados:
- 3.6.1. Em formato original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração de Coxilha-RS ou publicação em órgão de imprensa oficial.
- 3.6.2. Substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto neste edital.
- 3.7. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação e/ou Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

4. DOS PRESTADORES DE SERVIÇO DO CREDENCIADO

4.1. Responsabiliza-se pela condução de todas as atividades necessárias à realização de licitações que a Prefeitura Municipal de Coxilha/RS promover sob a modalidade LEILÃO, exceto quando o Município fizer uso de servidor público;

4.2. Organizar os bens em lotes, atribuindo-lhes o valor mínimo, em conformidade com o valor do bem previamente avaliado pelo Município;

4.3. Divulgar o evento para seu cadastro de clientes;

4.4. Divulgar o evento para os demais interessados por quaisquer meios idôneos;

4.5. Organização do leilão e o registro dos lances;

4.6. Assessorar na emissão de guias de recolhimento para depósito diretamente na conta bancária;

4.7. Receber taxa de comissão do Leiloeiro, de acordo com os parâmetros legais;

4.8. Fiscalizar a entrega dos bens aos arrematantes após o pagamento e crédito na conta bancária da Prefeitura;

4.9. Publicação em jornais de circulação da região e “internet” do resultado do Leilão;

4.10. Elaborar, assinar e oferecer ao Município de Coxilha, ao fim de cada Leilão que presidir, as atas, relatórios, demonstrativos e todos os demais documentos necessários à perfeita e regular conclusão de cada processo licitatório que presidir;

4.11. Adotar todas as demais providências e suprir todos os demais custos necessários à boa condução dos Leilões que presidir;

4.12. Demais tarefas correlatas.

4.12.1. São de responsabilidade exclusiva e integral dos credenciados, a utilização de pessoal e equipamentos para a realização dos serviços, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício.

4.13. O credenciado, durante a vigência do credenciamento, deverá manter-se em situação regular quanto às condições de habilitação, bem como informar qualquer alteração na documentação referente à sua habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista, relacionadas às condições mínimas obrigatórias de credenciamento.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

4.14. O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo proceder no descredenciamento em casos de irregularidade da prestação do objeto, que deverá ser verificada em processo administrativo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa.

5. DO PROCESSO DE CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO

5.1. O interessado que atender a todos os requisitos previstos no Edital de Credenciamento será julgado habilitado e, portanto, credenciado no órgão ou entidade contratante, encontrando-se apto a prestar os serviços aos quais se candidatou.

5.2. O resultado será publicado na imprensa oficial do Município (mural e site).

5.3. Caberá recurso, sem efeito suspensivo, nos casos de habilitação ou inabilitação, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data da publicação do resultado nos termos do subitem anterior.

5.4. Os recursos serão recebidos no mesmo local da entrega da documentação do credenciamento e serão dirigidos à autoridade máxima do órgão ou entidade contratante por intermédio da Comissão de Contratação, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir em duplo grau, informando-se oficialmente tal ato no sítio eletrônico do ente público municipal credenciante.

5.5. A autoridade superior, após receber o recurso e a informação da Comissão de Contratação, proferirá, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a sua decisão, devendo promover a respectiva publicação, nos termos do item 5.2.

5.6. O credenciamento não estabelece qualquer obrigação do órgão ou entidade contratante em efetivar a contratação do serviço, face à sua precariedade, e, por isso, a qualquer momento, o credenciado ou o órgão ou entidade contratante poderá denunciar o credenciamento, inclusive quando for constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas no Edital, neste Regulamento e na legislação pertinente, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa, bem como poderá, motivadamente e no interesse público municipal, revogar o certame.

6. DA HOMOLOGAÇÃO E DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

- 6.1. A autoridade máxima realizará a homologação de cada credenciamento, após instrução dos próprios responsáveis pelo processamento, devendo a Administração Pública encaminhar cópia do termo de homologação para o credenciado.
- 6.2. Todos aqueles que preencherem os requisitos constantes neste Edital terão seus requerimentos de credenciamento devidamente aprovados, sendo submetidos à homologação da autoridade competente.
- 6.3. As inscrições poderão ser feitas pelos interessados, junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Coxilha/RS, a partir de **16 de abril de 2026**, no horário de expediente da repartição ou ainda via e-mail: licita@pmcoxilha.rs.gov.br e através do recebimento de envelopes destinado ao endereço: Avenida Fioravante Franciosi, 68, centro, Coxilha/RS – 99145-000.
- 6.4. O prazo de vigência do credenciamento será de 12 (doze) meses, contados da data da publicação deste edital, prorrogável, a critério da Administração Pública.
- 6.5. Cada interessado que tiver sua solicitação de credenciamento homologada, será credenciado e vinculado nas obrigações assumidas através de contrato administrativo, assim permanecendo enquanto houver interesse por parte do credenciante.

7. DA CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

- 7.1. A contratação decorrente do credenciamento obedecerá às regras da Lei Federal nº 14.133/2021 e os termos da minuta do instrumento contratual/ordem de serviço, anexa ao respectivo edital.
- 7.2. A Administração convocará o credenciado, em um prazo de até 5 (cinco) dias a partir da homologação deste chamamento, para assinar ou retirar o instrumento contratual, dentro das condições estabelecidas na legislação e no edital, para dar início à execução do serviço, sob pena de decair do direito à contratação.
- 7.3. A cada leilão que o Município necessitar realizar durante a vigência do credenciamento, efetuará sorteio dentre os credenciados.
- 7.4. Todos os leiloeiros credenciados participarão de cada sorteio, inclusive os que já tenham sido sorteados anteriormente para executar outros leilões.
- 7.5. A data do sorteio será divulgada no site com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência em relação à data prevista para o sorteio.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

- 7.6. Cada sorteio será realizado na data prevista, independentemente de quórum, e seu resultado será comunicado de imediato aos presentes.
- 7.7. O leiloeiro ausente à reunião do sorteio ou nela não representado não terá prejudicada sua participação no processo.
- 7.8. Será lavrada ata circunstanciada com todos os fatos relevantes de cada reunião a que se proceder ao sorteio.
- 7.9. O resultado do sorteio transcrito em ata e divulgado no site do Município.
- 7.10. O leiloeiro sorteado será convocado para assinar contrato com o Município de Coxilha/RS.
- 7.11. O leiloeiro convocado para assinar o Termo de Contrato, deverá fazê-lo em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que receber a comunicação, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Edital.
- 7.12. O contrato a ser firmado regulamentará as condições de sua execução, bem como os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, sujeitando-se aos preceitos de direito público e aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- 7.13. Cada contratação será formalizada, com base no processo de credenciamento, devidamente autorizada, ratificada pela autoridade superior e divulgada com antecedência de 05 (cinco) dias corridos em relação à sua vigência, e o contrato durará até que seu objeto seja executado, em conformidade com o planejamento do leilão que será realizado em conjunto entre o Município e o leiloeiro.
- 7.14. Para celebração de Contrato, o leiloeiro deverá manter as condições que lhe permitiram participar do processo de Credenciamento.
- 7.15. Para assinatura do contrato, o Município de Coxilha efetuará consulta aos sites na internet da Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, SICAF, CADIN e CEIS para verificar se o leiloeiro continua atendendo às condições que lhe permitiram realizar seus leilões.
- 7.16. O não atendimento às condições para credenciamento ou contratação, assim como a recusa injustificada em assinar o contrato, implicará na perda do direito à contratação, com aplicação da penalidade prevista em Edital, reservando-se o Município de Coxilha o direito de, independentemente de aviso ou notificação, convocar os credenciados remanescentes para novo sorteio.



8. DA FORMALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

8.1. A execução dos contratos administrativos se regerá pelo estabelecido nos artigos 115 a 123 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelos regulamentos próprios municipais editados e vigentes, parte integrante deste edital e demais atos subsequentes.

8.2. O contrato administrativo a ser firmado entre o Município e o credenciado obedecerá à minuta anexa, sendo assinado dentro do prazo convocatório estabelecido neste edital.

8.3. A Administração Municipal não responderá por indenizações oriundas de danos causados a terceiros por culpa ou dolo da contratada, quando da execução do serviço de que trata este edital.

8.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

8.5. Na execução do contrato é vedada a subcontratação.

9. DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS

9.1. Os contratos poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nas hipóteses e nos casos permitidos pela legislação regente.

10. DA EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE EXECUTIVO DOS CONTRATOS

10.1. O Município realizará o acompanhamento da execução dos serviços credenciados por meio de fiscal designado, devendo as intercorrências serem registradas relatórios anexados ao processo do credenciado

10.2. A fiscalização ou o acompanhamento previsto neste item não excluem e não reduzem a responsabilidade dos credenciados por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do serviço.

11. DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. **Pela prestação dos serviços, o leiloeiro oficial credenciado e sorteado receberá o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da venda do bem, a ser pago pelo**



comprador ou arrematador no ato do leilão, nos termos do art. 24, parágrafo único, do Decreto nº 21.981/32, não cabendo ao Município de Coxilha/RS a responsabilidade pela cobrança da comissão devida, nem pelos gastos despendidos pelo leiloeiro oficial para recebê-la.

11.2. Frisa-se ainda que nas vendas de bens móveis ou imóveis pertencentes ao município, os leiloeiros cobrarão somente dos compradores a comissão estabelecida no parágrafo único do art. 24 e nos termos do art. 42, §2º, do Decreto supramencionado.

11.3. O Município não terá nenhuma despesa com pagamento dos serviços prestados pelo leiloeiro, o mesmo terá seus serviços remunerados pelos arrematantes através da comissão estabelecida no item 11.1.

11.4. Do valor recebido pelo leiloeiro, ficará o mesmo responsável pelo recolhimento de todos os impostos e encargos obrigatórios legais, conforme termo de referência.

11.5. O leiloeiro não cobrará do Município qualquer valor a título de comissão sobre o item arrematado.

12. DAS INFRAÇÕES LICITATÓRIAS, CONTRATUAIS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O credenciado ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

12.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

- 12.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 12.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.2. Para os fins de enquadramento na alínea “X” do subitem, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 337-F, 337-G, 337-I, 337-J e 337-K do Código Penal.
- 12.3. No caso de incidência de uma das situações previstas neste edital, a licitante será cientificada através do endereço eletrônico (e-mail) por ela informado no seu ato de vinculação ao certame, sendo que os prazos concedidos para manifestação fluirão, independentemente da confirmação de leitura da mensagem e serão concedidos, conforme o caso, de acordo com o estabelecido na Lei Federal 14.133/2021.

13. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

- 13.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, às seguintes situações:
 - 13.1.1. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
 - 13.1.2. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
 - 13.1.3. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
 - 13.1.4. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
 - 13.1.5. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
 - 13.1.6. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante.

13.2. DA FORMA DE EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 13.2.1. A extinção do contrato poderá ser:
 - 13.2.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

13.2.1.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, desde que haja interesse da Administração;

13.2.1.3. Determinada por decisão judicial, nos termos da lei.

13.2.2. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

13.3. Caso o credenciado não execute, total ou parcialmente, quaisquer itens ou serviços previstos, a contratante reserva-se o direito de executá-los, direta ou indiretamente, inclusive remanescentes, hipótese em que a contratada responderá pelos custos, através de glosas de créditos e/ou cauções e/ou pagamentos, direto à contratante, bem como reparação de eventuais danos a esta ou a terceiros.

14. IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

14.1. Eventuais pedidos de impugnações ao presente Edital de Credenciamento deverão ser dirigidos ao Setor Licitações e protocolizados durante o horário de expediente da Administração, até 20 dias após a publicação deste edital.

14.2. Da decisão relativa ao credenciamento ou descredenciamento caberá recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, nos termos do Art. 165, I, da Lei 14.133/2021, que deverá ser dirigido a Prefeito Municipal e protocolizado durante o horário de expediente da Administração.

15. DO DESCREDENCIAMENTO

15.1. A qualquer momento, poderá o Credenciado solicitar o descredenciamento, caso não tenha mais interesse, obedecido o prazo do subitem 16.3.

15.2. Ademais, o Credenciado ou a Administração podem denunciar o credenciamento, caso seja constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas neste Edital ou na legislação pertinente, nos termos do Art. 79, parágrafo único e inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.3. O Credenciado que desejar iniciar o procedimento de descredenciamento deverá solicitá-lo mediante aviso escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

15.4. A Administração pode, a qualquer momento, solicitar o descredenciamento se o credenciado deixar de atender às disposições deste edital.



16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. O Município de Coxilha, sempre que entender necessário, dará publicidade de outro credenciamento público, com o intuito de preencher eventuais necessidades ou suprimento dos serviços aqui descritos.

16.2. O conteúdo deste edital de credenciamento encontra-se disponível na Prefeitura Municipal de Coxilha/RS, estando o mesmo também disponível no site oficial do município (<https://www.pmcoxilha.rs.gov.br>), e no Portal do Licitacão Cidadão TCE/RS.

16.3. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Prefeitura Municipal de Coxilha/RS, com sede administrativa no Centro Administrativo Ildo José Orth, Av. Fioravante Franciosi, nº 68, centro, Coxilha - RS, em horário de expediente.

17. DOS ANEXOS:

17.1. Integram o presente instrumento os seguintes anexos:

17.1.1. Anexo I - Modelo de TERMO DE REFERÊNCIA;

17.1.2. Anexo II - Modelo de REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO;

17.1.3. Anexo III - Modelo de DECLARAÇÃO DE PLENO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

17.1.4. Anexo IV – Modelo de DECLARAÇÃO DE ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO;

17.1.5. Anexo V - Modelo de DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;

17.1.6. Anexo VI - Modelo de DECLARAÇÃO DE NÃO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO PÚBLICA;

17.1.7. Anexo VII – Modelo de DECLARAÇÃO COMPLEMENTAR DE HABILITAÇÃO;

17.1.8. Anexo VIII - Modelo de MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO.

Coxilha/RS, 15 de abril de 2026.

JOÃO EDUARDO OLIVEIRA MANICA
Prefeito Municipal



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Credenciamento de leiloeiro(s) se dará para a realização, mediante contratos específicos, de leilões (alienação de bens inservíveis de qualquer natureza, incorporados ao patrimônio público municipal), em conformidade com a Lei n.º 14.133/2021 e demais condições estabelecidas.

1.2. Os leilões serão, obrigatoriamente, realizados de modo híbrido/misto, concomitantemente, presencialmente junto a sede do Município e pela internet em site/sistema do leiloeiro.

2 – INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.1. Correrá por conta do leiloeiro contratado todas as despesas relativas a encargos trabalhistas, previdenciários, transporte de pessoal e de equipe, publicações e quaisquer outras decorrentes da execução do objeto.

2.2. Caberá ao leiloeiro contratado a condução dos leilões específicos, somente podendo delegar as funções a um preposto, conforme legislação vigente e normas regulamentares e desde que haja prévia anuência do contratante.

2.3. A alienação dos bens móveis e ou imóveis não poderá ser realizada por valor inferior ao da avaliação.

2.4. Poderão participar os leiloeiros matriculados na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, em conformidade com a legislação vigente e normas regulamentares aplicáveis.

2.5. Somente poderão participar deste procedimento, leiloeiros que não incorram nos impedimentos previstos nos artigos 156 e seguintes da Lei Federal n.º 14.133/2021 e ainda que não estejam destituídos ou suspensos do exercício da função, de acordo com a legislação vigente e normas regulamentares aplicáveis;

2.6. A cada leilão que o Município de Coxilha necessitar realizar durante a vigência do credenciamento, todos os leiloeiros credenciados serão convocados para participar de reunião em que será definido por sorteio, o leiloeiro que o realizará.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

- 2.7. Todos os leiloeiros credenciados participarão de cada sorteio, inclusive os que já tenham sido sorteados anteriormente para executar outros leilões.
- 2.8. A convocação será publicada no site do Município, com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência em relação à data prevista para o sorteio.
- 2.9. Cada sorteio será realizado na data prevista, independentemente de quórum, e seu resultado será comunicado aos presentes.
- 2.10. O leiloeiro ausente à reunião do sorteio ou nela não representado não terá prejudicada sua participação no processo.
- 2.11. Será lavrada ata circunstanciada com todos os fatos relevantes de cada reunião a que se proceder ao sorteio.
- 2.12. O resultado do sorteio será comunicado a todos os leiloeiros credenciados mediante publicação da ata.
- 2.13. O leiloeiro sorteado será convocado para assinar contrato com o Município por comunicação direta, se estiver presente na reunião em que ocorrer o sorteio, ou através do e-mail informado.
- 2.14. O leiloeiro convocado para assinar o Termo de Contrato, deverá fazê-lo em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que receber a comunicação, sob pena de aplicação das sanções previstas em Edital.
- 2.15. O contrato a ser firmado regulamentará as condições de sua execução, bem como os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, sujeitando-se aos preceitos de direito público e aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- 2.16. Cada contratação será formalizada, com base no processo de credenciamento, devidamente autorizada, ratificada pela autoridade superior e divulgada com antecedência de 05 (cinco) dias corridos em relação à sua vigência, e o contrato durará até que seu objeto seja executado, em conformidade com o planejamento do leilão que será realizado em conjunto entre o Município e o leiloeiro.
- 2.17. Para celebração de Contrato, o leiloeiro deverá manter as condições que lhe permitiram participar do processo de Credenciamento.
- 2.18. Para assinatura do contrato, o Município efetuará consulta aos sites na internet da Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, SICAF, CADIN e CEIS para verificar se o leiloeiro continua atendendo às condições que lhe permitiram ser para realizar seus leilões.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

2.19. O não atendimento às condições para credenciamento ou contratação, assim como a recusa injustificada em assinar o contrato, implicará na perda do direito à contratação, com aplicação da penalidade prevista em Edital, reservando-se ao Município o direito de, independentemente de aviso ou notificação, convocar os credenciados remanescentes para novo sorteio.

3 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 3.1. Responsabilizar-se pela condução de todas as atividades necessárias à realização de licitações que o Município promover sob a modalidade LEILÃO, exceto quando o Município fizer uso de servidor público;
- 3.2. Organizar os bens em lotes, atribuindo-lhes o valor mínimo, em conformidade com o valor do bem previamente avaliado pelo Município;
- 3.3. Divulgar o evento para o cadastro de clientes;
- 3.4. Divulgar o evento para os demais interessados por quaisquer meios idôneos;
- 3.5. Organização do leilão e o registro dos lances;
- 3.6. Assessorar na emissão de guias de recolhimento para depósito em conta bancária;
- 3.7. Receber taxa de comissão do Leiloeiro, de acordo com os parâmetros legais;
- 3.8. Fiscalizar a entrega dos bens aos arrematantes após o pagamento e crédito na conta bancária do Município;
- 3.9. Publicação na “internet” do resultado do Leilão;
- 3.10. Elaborar, assinar e oferecer ao Município, ao fim de cada Leilão que presidir, as atas, relatórios, demonstrativos e todos os demais documentos necessários à perfeita e regular conclusão de cada processo licitatório que presidir;
- 3.11. Adotar todas as demais providências e suprir todos os demais custos necessários à boa condução dos Leilões que presidir;
- 3.12. Demais tarefas correlatas.

4 – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- 4.1. Auxiliar a comissão a definir o preço mínimo dos lotes a serem leiloados;
- 4.2. Fixar exigências para a habilitação no leilão;
- 4.3. Elaborar o Edital do Leilão;
- 4.4. Publicar o Edital na imprensa oficial;



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

- 4.5. Informar sobre o Leilão em jornais de grande circulação;
- 4.6. Expor os bens a serem leiloados para visitação, na semana que antecede a data do leilão por lote.

5 – DO PAGAMENTO

- 5.1. Pela prestação dos serviços, o leiloeiro oficial credenciado e sorteado receberá o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da venda do bem, a ser pago pelo comprador ou arrematador no ato do leilão, nos termos do art. 24, parágrafo único, do Decreto nº 21.981/1932, não cabendo ao Município a responsabilidade pela cobrança da comissão devida, nem pelos gastos despendidos pelo leiloeiro oficial para recebê-la.
- 5.2. Frisa-se ainda que nas vendas de bens móveis ou imóveis pertencentes ao município, os leiloeiros cobrarão somente dos compradores a comissão estabelecida no parágrafo único do artigo 24, nos termos do art. 42, §2º, do Decreto supramencionado.
- 5.3. O Município não terá nenhuma despesa com pagamento dos serviços prestados pelo leiloeiro, o mesmo terá seus serviços remunerados pelos arrematantes através da comissão estabelecida no item 5.1.
- 5.4. Do valor recebido pelo leiloeiro, ficará o mesmo responsável pelo recolhimento de todos os impostos e encargos obrigatórios legais, conforme termo de referência.
- 5.5. O leiloeiro não cobrará do Município qualquer valor a título de comissão sobre o item arrematado.

6 – DO PRAZO

- 6.1. O prazo de vigência do credenciamento será de 12 (doze) meses.
 - 6.1.1 Findo o prazo, havendo interesse da Administração, poderá o credenciamento ser prorrogado por igual período.
 - 6.1.2. As prorrogações deverão respeitar o prazo máximo de 05 (cinco) anos.
- 6.2 O prazo de vigência dos contratos será de 12 (doze) meses, prorrogáveis em observância ao prazo de vigência do credenciamento e de acordo com as anuências dos contratados.



7 – DA JUSTIFICATIVA

7.1. A contratação em questão tem por finalidade viabilizar a realização de leilões, os quais tem por finalidade principal alienação de móveis inservíveis para a administração pública, garantindo receita e econômica no que diz respeito ao armazenamento de tais bens.

7.2. De se referir ainda que a contratação não acarreta ônus ao município posto que as comissões dos leiloeiros são pagas pelos adquirentes.

8. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s) pela Administração Municipal, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, aos quais caberá verificar o cumprimento das obrigações contratuais, bem como a adequada prestação dos serviços.

8.2. A gestão do contrato caberá ao servidor designado pela Administração, responsável pelo acompanhamento global da execução contratual, pela adoção de providências administrativas e pela articulação entre os setores envolvidos.

8.3. O contratado deverá prestar todas as informações solicitadas pela fiscalização, bem como permitir o acesso aos documentos e sistemas relacionados à execução dos serviços.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. A presente contratação não envolve dispêndio direto de recursos públicos, tendo em vista que a remuneração do leiloeiro oficial será realizada exclusivamente pelos arrematantes, mediante pagamento de comissão incidente sobre o valor dos bens arrematados.

9.2. Nos termos do art. 24 do Decreto nº 21.981/1932, a comissão do leiloeiro será fixada por convenção entre as partes, sendo usualmente limitada ao percentual máximo de 5% (cinco por cento) sobre bens móveis.

9.3. Também conforme pesquisa junto ao LicitaCon verificou-se que o valor praticado de 5% é o padrão utilizado no mercado.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A presente contratação não implica geração de despesa pública, razão pela qual não há necessidade de previsão de dotação orçamentária nem de emissão de empenho.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

10.2. Isso porque a remuneração do leiloeiro oficial será realizada exclusivamente pelos arrematantes, mediante pagamento de comissão incidente sobre o valor dos bens arrematados, conforme percentual definido na proposta vencedora.

Não será devida ao leiloeiro qualquer outra forma de remuneração por parte da Administração Pública, a qualquer título, inclusive taxa administrativa ou equivalente.

Coxilha/RS, 14 abril de 2026.

Evilin Salinet Nunes
Responsável pelo Setor de Licitações



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

ANEXO II
REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO N.º 02/2026

O interessado abaixo qualificado requer sua inscrição no **CREDENCIAMENTO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIROS OFICIAIS**, divulgado pelo Município de Coxilha/RS, consistente na realização de leilões, nos termos do Edital de Chamamento Público para Credenciamento n.º 02/2026.

Declara-se, desde já, que os serviços serão prestados em conformidade com as normas legais vigentes.

PESSOA JURÍDICA:

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Endereço Comercial: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Representante Legal: _____

PESSOA FÍSICA:

NOME: _____

CPF: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: () _____

E-mail: _____

(Local e data).

Nome completo e assinatura do (s) representante (s) legal (is) pessoa física ou da empresa



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE PLENO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE
HABILITAÇÃO

Nome

Completo:

RG nº: _____, CPF nº _____

DECLARO, sob as penas da Lei, que o credenciado _____ (nome empresarial ou pessoa física), interessado em participar do certame do Edital de Chamamento Público para Credenciamento n.º 02/2026, cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no instrumento convocatório.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal).



ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL
ANTICORRUPÇÃO

Eu, _____, portador do RG nº e do CPF nº _____, representante legal do credenciado _____ (nome empresarial ou pessoa física), interessado em participar do certame de credenciamento do Edital de Chamamento Público para Credenciamento n.º 02/2026, **DECLARO**, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que a pessoa jurídica que represento ou pessoa física que irá prestar os serviços de leiloeiro oficial, conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, tais como:

I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos Respeitosos instrumentos contratuais; ou



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Ao Município de Coxilha/RS.

DECLARO, para os devidos fins de direito, na qualidade de solicitante de credenciamento junto ao Edital de Chamamento Público para Credenciamento n.º 02/2026, que a empresa (razão social e CNPJ ou pessoa física e CPF) _____ não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas, nem sofreu penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021.

Por ser expressão da verdade, firmo o presente.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE NÃO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO PÚBLICA

Ao Município de Coxilha/RS.

DECLARO, para os devidos fins de direito, na qualidade de solicitante de credenciamento junto ao Edital de Chamamento Público para Credenciamento n.º 02/2026, que os Sócios e Diretores da empresa ou se pessoa física (qualificação completa) _____, não ocupam cargo ou função de chefia/assessoramento no âmbito da Administração Pública Municipal de Coxilha/RS.

Por ser expressão da verdade, firmo o presente.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

ANEXO VII
DECLARAÇÃO COMPLEMENTAR DE HABILITAÇÃO

Nome completo ou razão social: _____

CPF ou CNPJ n.º: _____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o credenciante/solicitante interessado em participar do Edital de Chamamento Público para Credenciamento n.º 02/2026:

- a) está em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual n.º 42.911/1998;
- b) não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação do item 3 deste Edital, tampouco se enquadra em vedação decorrente das disposições da Lei Estadual nº 10.218/1999;
- c) cumpre as normas relativas à saúde e segurança do trabalho; e
- d) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei Federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei Federal nº 13.467/2017.
- e) declaro, sob as penas da lei e para fins de direito, em cumprimento ao instrumento convocatório da licitação supracitada, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



ANEXO VIII
MINUTA TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº/2026

Por este instrumento contratual, de um lado, o **MUNICÍPIO DE COXILHA/RS**, entidade de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 92.411.933/0001-90, com sede no Centro Administrativo Ildo José Orth, Avenida Fioravante Franciosi, nº 68, Centro, em Coxilha/RS, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **JOÃO EDUARDO OLIVEIRA MANICA**, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado, a Empresa ou Pessoa Física xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, (pessoa jurídica de direito privado), inscrita no CNPJ ou CPF sob nº XXXX, com sede na XXXXX, nº XXXX, no Município de, neste ato representado por outorgado público, Sr(a). XXXX, naturalidade, estado civil, profissão, inscrito no CPF sob o nº XXXX e do RG nº XXXX, residente e domiciliado(a) na Rua XXXX, Bairro XXXX, na cidade de XXXX, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, têm justos e contratados o presente contrato entre si, de acordo com o Edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 02/2026 – Processo nº 76/2026, na melhor forma de direito, conforme art. 78, I, e art. 79, I da Lei nº 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto contratação para prestação de serviços de leiloeiro oficial, para atuar nas licitações promovidas pelo Município de Coxilha/RS, na modalidade de leilão (alienações de bens inservíveis de qualquer natureza, incorporados ao patrimônio público municipal), em conformidade com a Lei nº 14.133/21 e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e Edital de Credenciamento nº 02/2026, que faz parte integrante e inseparável do presente contrato, conforme solicitação da Secretaria Municipal da Administração, a serem prestados pela(o) CONTRATADO(A).

1.2. Os leilões de bens móveis e ou imóveis se dará, sempre, de modo misto/híbrido, ou seja, deverão ser realizados concomitantemente de modo presencial (com a possibilidade de lances verbais) junto a sede do Município e por site oficial do leiloeiro.



2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Os itens serão executados em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e Edital de Chamamento Público n.º 02/2026, os quais ficam vinculados a este instrumento contratual bem como demais documentos complementares.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. **Pela prestação dos serviços, o leiloeiro oficial contratado receberá o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da venda do bem, a ser pago pelo comprador ou arrematador no ato do leilão**, nos termos do art. 24, parágrafo único, do Decreto n.º 21.981/32, não cabendo ao Município de Coxilha/RS a responsabilidade pela cobrança da comissão devida, nem pelos gastos despendidos pelo leiloeiro oficial para recebê-la.

3.1.1. Frisa-se ainda que nas vendas de bens móveis ou imóveis pertencentes ao município, os leiloeiros cobrarão somente dos compradores a comissão estabelecida no parágrafo único do artigo 24, nos termos do art. 42, §2º, ambos do Decreto supramencionado.

3.2. O Município Contratante não terá nenhuma despesa com pagamento da Contratada, o qual terá seus serviços remunerados pelos arrematantes através da comissão estabelecida no item 3.1.

3.2.1. Do valor recebido pelo Leiloeiro, ficará o mesmo responsável pelo recolhimento de todos os impostos e encargos obrigatórios legais, conforme termo de referência.

3.3. O(A) Contratado(a) não cobrará do Município Contratante qualquer valor a título de comissão sobre o item arrematado.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

4.1. O prazo de execução contratual será de 12 (doze) meses, com vigência a contar da assinatura do presente, prorrogável até o limite permitido na legislação vigente.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO LEILOEIRO

5.1. O(A) Contratado(a) obriga-se a:

5.1.1. Responsabilizar-se pela condução de todas as atividades necessárias à realização de licitações que o Município de Coxilha promover sob a modalidade leilão, exceto quando o Município fizer uso de servidor público;



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

- 5.1.2. Organizar os bens em lotes, atribuindo-lhes o valor mínimo, em conformidade com o valor do bem previamente avaliado pelo Município;
- 5.1.3. Divulgar o evento para seu cadastro de clientes;
- 5.1.4. Divulgar o evento para os demais interessados por quaisquer meios idôneos;
- 5.1.5. Organização do leilão e o registro dos lances;
- 5.1.6. Assessorar na emissão de guias de recolhimento para depósito diretamente na conta bancária;
- 5.1.7. Receber taxa de comissão do Leiloeiro, de acordo com os parâmetros legais;
- 5.1.8. Fiscalizar a entrega dos bens aos arrematantes após o pagamento e crédito na conta bancária do Município;
- 5.1.9. Publicação do resultado do Leilão;
- 5.1.10. Elaborar, assinar e oferecer ao Município de Coxilha, ao fim de cada Leilão que presidir, as atas, relatórios, demonstrativos e todos os demais documentos necessários à perfeita e regular conclusão de cada processo licitatório que presidir;
- 5.1.11. Adotar todas as demais providências e suprir todos os demais custos necessários à boa condução dos Leilões que presidir;
- 5.1.12. Demais tarefas correlatas.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1. O Município obriga-se a:

- 6.1.1. Auxiliar a comissão de avaliação a definir o preço mínimo dos lotes a serem leiloados;
- 6.1.2. Fixar exigências para a habilitação no leilão;
- 6.1.3. Elaborar o Edital do Leilão;
- 6.1.4. Publicar o Edital na imprensa oficial;
- 6.1.5. Informar sobre o Leilão em jornais de grande circulação;
- 6.1.6. Expor os bens a serem leiloados para visitação, na semana que antecede a data do Leilão por lote.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS

7.1. O(A) Contratado(a) é responsável pelos encargos sociais, taxas, encargos ou impostos, alvarás, encargos fiscais, comerciais ou qualquer outra despesa que vier a incidir sobre o serviço, bem como qualquer responsabilidade no tocante a vínculo empregatício ou



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

obrigações previdenciárias, referente ao pessoal, no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal, decorrentes dos serviços de qualquer tipo de demanda;

7.2. A inadimplência do(a) Contratado(a), com referência aos encargos elencados nesta cláusula, não transfere ao Município Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1. Para fins de cumprimento do art. 117, §1º, §2º e §3º, da Lei n.º 14.133/2021, o CONTRATANTE designará servidores para atuar como fiscal de contrato e como gestor de contrato.

8.2. Para fins de cumprimento do art. 118 da Lei n.º 14.133/2021, a CONTRATADA designará preposto para desempenhar a função de preposto perante a CONTRATANTE.

9. CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1. Pelo atraso e inexecução total ou parcial deste contrato, bem como outras infrações, ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critérios do CONTRATANTE, a CONTRATADA sujeitar-se-á às sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021, observada suas disposições para dosimetria da pena.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

10.1. São prerrogativas do CONTRATANTE sobre o presente contrato, nos termos do art. 104 da Lei n.º 14.133/2021:

10.1.1. modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

10.1.2. extingui-lo, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei;

10.1.3. fiscalizar sua execução;

10.1.4. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

10.1.5. ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:

10.1.5.1. risco à prestação de serviços essenciais;

10.1.5.2. necessidade de acautelar a apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

10.2. As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do Contratado.

10.3. Na hipótese prevista 10.1.1, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1. A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 137 da Lei n.º 14.133/2021 ensejará a extinção do contrato.

11.2. A rescisão poderá se processar pelas hipóteses definidas no art. 138, inciso I, II e III, e estará sob as consequências determinadas pelo art. 139, todos da Lei n.º 14.133/2021.

11.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.4. A alteração de qualquer dos dispositivos estabelecidos neste contrato, somente se reputará válida se tomadas expressamente em instrumento aditivo, passando a dele fazer parte.

11.5. As partes poderão adotar meios alternativos de resolução de controvérsias, nos termos do disposto pelos arts. 151, 152, 153 e 154 da Lei n.º 14.133/2021.

12. DA FORMA DE EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. A extinção do contrato poderá ser:

12.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

12.1.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, desde que haja interesse da Administração;

12.1.3. Determinada por decisão judicial, nos termos da lei.

12.2. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

12.3. Caso o credenciado não execute, total ou parcialmente, quaisquer itens ou serviços previstos, a contratante reserva-se o direito de executá-los, direta ou indiretamente, inclusive remanescentes, hipótese em que a contratada responderá pelos custos, através de glosas de



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE COXILHA

créditos e/ou cauções e/ou pagamentos, direto à contratante, bem como reparação de eventuais danos a esta ou a terceiros.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

13.1. Para as situações não previstas neste contrato, aplicar-se-á o regramento dado pela Lei n.º 14.133/2021, no que ela prever, bem como demais legislações pertinentes ao objeto deste instrumento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

14.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Passo Fundo/RS, para dirimir dúvidas ou divergências, que poderão advir ao presente Contrato. E por estarem às partes plenamente de acordo com todas as cláusulas e condições, firmam o presente instrumento para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Coxilha, RS, 15 de abril de 2026.

CONTRATANTE
Município de Coxilha/RS

CONTRATADA
Representante legal

Testemunhas:

- 1)
- 2)